

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA



II CURSO DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

CURSO DE ATUALIZAÇÃO

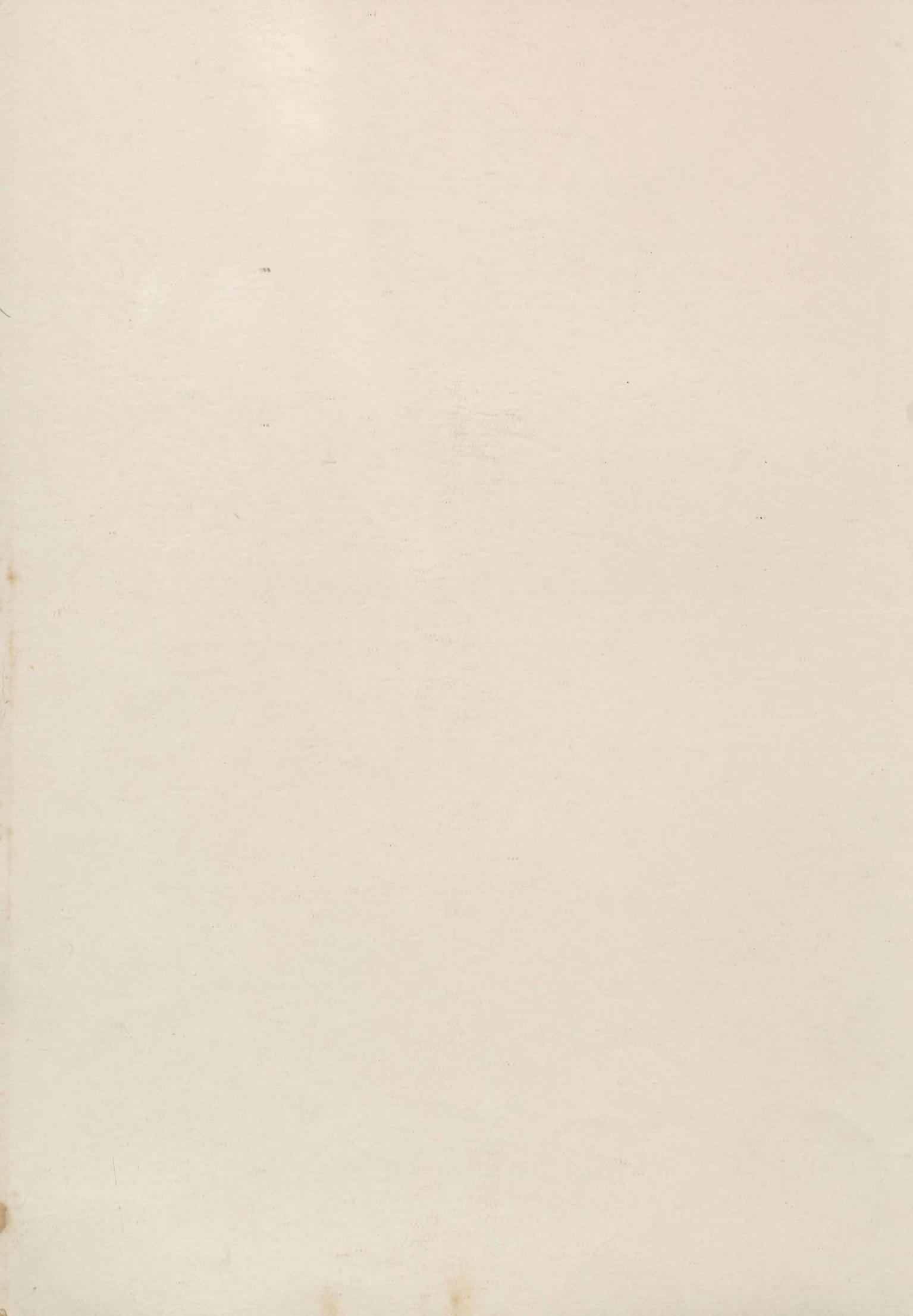
TEMA:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA

PROFESSOR ESTAGIÁRIO  
RENATO KOBLER PINTO LOPES SAMPAIO

RIO  
1972

124

127



II Curso de Atualização em ESTUDO DE PROBLEMAS  
BRASILEIROS - 1972

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Renato Kobler Pinto Lopes Sampaio nº 28

O autor revela um grande interesse,  
avogando, com grande interesse,  
a evolução do ensino de sua  
área. Trabalho meritório.  
Rio, 24.10.72  
R. K. P. L. S.

mat 28.

Na antiga Grécia como não havia escolas ou instituições docentes, o povo acorria a determinados lugares para escutar declarações públicas ou discursos sobre assuntos político-sociais da época. Algumas destas reuniões adquiriram paulatinamente características especiais, em que um "mestre" e seus discípulos se reuniam regularmente para discutir algum tema de interesse. Na época de Sócrates este sistema de ensino alcançou certo grau de popularidade, servindo de modelo para outros e ficando conhecido como "método socrático." O ensino dependia unicamente dos interessados, não existindo nenhuma instituição ou organização para regular estas atividades.

No Império Romano surgiram centros de instrução subordinados principalmente a organização política e as atenções eram voltadas principalmente para as leis, a lógica e a administração pública.

A idéia de universidade teve origem em Salerno no século IX. Na medicina um grupo de médicos famosos, atraiu a cidade muitos jovens de outras partes que desejavam exercer a profissão. Nos séculos X a XIII apareceram outros centros semelhantes, particularmente em Bolonha, Paris e Montpellier. Com o aumento do prestígio destas "escolas" milhares de jovens oriundos de diferentes lugares afluíam a elas para aprender, e como não havia regulamentos para a admissão às classes dos "mestres", os estudantes adotavam como critério de escolha o prestígio dos "mestres" e as facilidades de vida que oferecia a cidade. Começavam assim as relações entre estudantes, professores e a comunidade, variantes que persistem até os dias de hoje no sistema educacional, e cuja harmonia é fundamental para a universidade.

Os "mestres" desejavam apenas transmitir o que haviam aprendido às gerações mais novas e quando encontravam dificuldades em determinada cidade, pela impossibilidade de atender o número excessivo de estudantes que os procuravam, ou por dificuldades com a comunidade, iam para outra cidade em busca de condições mais favoráveis. Iniciava-se desta maneira o problema dos exce-

dentes que persiste nos dias atuais e que será difícil de solucionar no futuro.

Contudô havia motivos para que as cidades atraíssem e retivessem tanto os "mestres" como os numerosos estudantes que os procuravam. Entre eles podemos citar a assistência médica que recebia a população e os benefícios que obtinha o comércio da localidade. As cidades rapidamente se aperceberam da importância de se tornarem centro de instrução e competiram entre elas para atrair "mestre" e estudantes. Aos poucos foram se definindo direitos e responsabilidades entre os três elementos interessados: mestres, estudantes e comunidade, começando a aparecer uma organização; a universidade.

Um exemplo desta competição é a Universidade de Pádua, que foi estabelecida por um grupo de estudantes descontentes com as restrições que haviam sido impostas em Bolonha, e que para lá se dirigiu junto com seus mais respeitados mestres.

O privilégio de receber o título de doutor dependia da aprovação nos exames de "matérias acadêmicas" em presença de um grupo de doutores. O grau de dificuldade variava em função dos princípios do grupo e do nível acadêmico da instituição. Dependendo de comum acordo, o aluno que não conseguisse aprovação poderia prestar novo exame seis meses após. Instituiu-se assim o regime do exame de segunda época, método que ainda permanece em algumas de nossas faculdades.

A medida que os conhecimentos aumentavam, cresciam as exigências da juventude por melhor ensino, desta forma surgiram na Europa centros de estudos, que procuravam se adaptar as suas condições locais e estabeleciam suas próprias características.

Após ter sido a Universidade de Salamanca na Espanha fundada em 1243, para ensinar leis, artes e medicina, rapidamente se estabeleceram outros no país, sendo que a maioria sofria a influência do clero, e em seu ensino era ressaltada a teologia. Conflitos surgiram e desde o início a religião e a política parecem ter exercido forte influência na vida universitária.

Na Alemanha o desenvolvimento foi paralelo, porém se deu menor importância a teologia.

Na América Latina ponto importante a ser considerado é a reforma universitária de Córdoba na Argentina em 1918 e os resultados derivados dela. Antes de 1918 o ensino em algumas universidades latino-americanas era de nível inferior, o que levou os alunos a se insurgirem modificando estruturas vigentes e conseguindo que participassem dos órgãos de administração da universidade. Solicitaram outras modificações relacionadas com a organização e a administração da universidade, mas não se prestou atenção a reforma dos próprios programas educacionais nem aos métodos de ensino e aprendizagem.

É evidente que muitas outras reformas educacionais aconteceram, porém a característica principal era o desconhecimento da pedagogia e dos princípios educacionais.

A educação de um profissional deve ser considerada como um processo de transformação ou modificação de um indivíduo que apresenta um comportamento inicial de um aluno aprovado no exame vestibular, com as falhas do ensino do 2º grau, constituindo o que alguns educadores denominam de "fratura horizontal", em outro que apresenta um comportamento terminal de acordo com as características da profissão escolhida. A transformação se desenvolve ordenadamente no decorrer do curso, havendo possibilidade de se identificar nas diversas etapas do curso os comportamentos intermediários que nele se desenvolvem.

Se considerarmos um curso como sendo um sistema, encontramos três etapas na sua constituição: entrada, processo e saída. Os conhecimentos com que o aluno inicia o curso constituem a entrada. O conjunto de atividades pelas quais ele incorpora novos conhecimentos, atitudes e habilidades constituem o processo, que recebe a denominação de currículo em educação, enquanto que os conhecimentos de um aluno ao terminar um curso representa a saída, que em educação se denomina de objetivo.

Para programar adequadamente o ensino é necessário primeiro que se tenha uma filosofia que sirva de suporte para definir o tipo de profissional que desejamos formar. Considerando que em qualquer área da universidade este pensamento tem que estar obrigatoriamente presente, deveremos encontrar diferenças

nas áreas de conhecimento existentes, como Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Artes etc.

Uma das maiores preocupações das universidades em todo o mundo é a revisão, o melhoramento e a atualização de seus planos de estudos. Podemos dizer que há alguns anos não havia esta preocupação. Quando se criava uma nova escola ou faculdade, ninguém questionava a eficiência dos planos existentes, pois estes estavam acentados em anos de experiência, e o problema se resumia simplesmente em reproduzir o esquema tradicionalmente aceito.

No Brasil isto aconteceu de maneira acentuada, e cada nova faculdade que se formava, orgulhava-se de mostrar que seguia em tudo o modelo existente nas universidades tradicionais, incorporando todos os erros existentes e dissiminando-os entre outras que as utilizassem como exemplo.

Há alguns anos começaram a surgir sérias dúvidas quanto a validade do esquema tradicional e sugestões surgiram para introduzir trocas substanciais no mesmo. Um dos fatores que contribuíram para isto foi a tremenda explosão de conhecimentos técnicos e científicos que talvez tenham transformado a universidade na mais complexa das instituições sociais. O sistema de ensino não funciona no vazio; alunos, professores e comunidade influenciam o ensino de tal forma que quando um deles não é considerado, mais distanciado fica o ensino de seus objetivos.

Podemos dizer que o ensino está sujeito a duas classes de influências: internas e externas. As primeiras tem origem na própria profissão e as mais importantes são: a) o desenvolvimento crescente dos conhecimentos técnicos e científicos, e b) o desejo da profissão que as faculdades ofereçam formação profissional mais completa possível. As influências externas mais importantes são: a) desenvolvimento paralelo no campo da educação em geral e do ensino de cada profissão em particular e b) desenvolvimento político, social e econômico do lugar onde atuará o profissional.

Um dos pontos importantes da reforma universitária é a instinção da cátedra ou cadeira na organização do ensino superior e a instituição do departamento. Isto é a passagem de um período magistral caracterizado pelo ensino de matérias isoladamente sob a autoridade exclusiva de um catedrático, a um período departamental, em que as matérias similares se agrupam em departamentos objetivando uma melhor coordenação.

Na maioria das escolas latino-americanas a influência é essencialmente das cátedras, enquanto nos Estados Unidos e no Canadá a regra é o sistema de departamentos, apesar de já se estar processando em algumas escolas certa reação as limitações do sistema departamental que para alguns estudiosos separou a escola da coletividade e a escola da universidade.

A modernização da administração do processo docente na universidade depende primariamente da definição de suas unidades operativas que são os departamentos. O departamento ficou sendo então a menor fração da estrutura da universidade, compreendendo disciplinas afins e tendo como objetivo o ensino e a pesquisa. É considerado o módulo gerador dos institutos e faculdades, abrangendo área bem definida de conhecimentos e sendo formado por certo número de disciplinas. Foi criado com o objetivo de substituir a cátedra e de formar o espírito de equipe, de tal maneira que as atividades de uma disciplina não se processasse isoladamente, facultando os trabalhos interdisciplinares e interdepartamentais.

Entretanto para alguns autores as denominações "departamento" ou "cátedra" não expressam idéias essencialmente diferentes, já que o departamento na escola norte-americana tem como chefe o "chairman", termo que em castelhano equivale a "al hombre de la silla" - o catedrático.

A dispersão de recursos produzidos pela multiplicidade das cátedras tem restrições em suas instalações e corpo docente, assim como em sua função educativa. O sistema departamental ainda que fundamentado nos mesmos princípios, tem menor dispersão de recursos, apesar de na América Latina o departamento ser constituído por um aglomerado de "cátedras" afins que de uma certa

forma mantem relativa autonomia.

Mais do que a importância que possa ter produzido a mudança da cátedra em departamento, o fundamental é que haja uma nova mentalidade nos professores. Alguns departamentos por possuírem mais de um titular apresentaram problemas, pois os antigos catedráticos não se integravam na nova estrutura, uma vez que um deles sendo chefe do departamento, passava a uma posição hierarquicamente superior aos demais, constituindo o que alguns denominaram de "super-catedrático".

Outros problemas que surgiram decorrente da criação dos departamentos foram : a dificuldade de se juntar num departamento disciplinas que não apresentavam afinidade ou que os titulares não queriam figurar naquele departamento; valorização excessiva de disciplinas cujos titulares para não perderem a autonomia queriam que passasse a constituir um departamento e desejo de alguns professores que na denominação do departamento aparecesse o nome da sua disciplina, para que não perdesse sua importância.

Estes problemas variavam em diferentes universidades, pois uma universidade de recente criação não apresenta o mesmo panorama que outra de larga tradição e estrutura cristalizada.

No caso das cátedras a função docente é predominante e quase que exclusiva. O departamento nas universidades americanas concede cada vez mais importância a investigação. Este modelo foi trazido para nossa reforma que preconiza o ensino e a pesquisa indissociados. Com isto o departamento ganhou maior autonomia administrativa, fazendo com que a universidade busque uma microestrutura técnico-administrativa capaz de atender aos interesses de diferentes grupos especializados e ao mesmo tempo permitir o adequado desenvolvimento, sem predomínio vicioso de nenhum deles em particular. Passou assim o departamento a ter encargos administrativos, atributos que deve possuir aquele que ocupar sua chefia.

Com o desenvolvimento da pesquisa o departamento necessita

ter alguém que possa orientá-la. Como não há ainda qualquer curso que prepare para investigação, êle passou a ser desperdado por sua própria vocação, pois o professor na maioria das vezes nunca teve noções sôbre a metodologia da pesquisa.

A departamentalização tem assim um valor relativo se a julgarmos isoladamente. Perde seu sentido se não resulta por uma parte de uma redefinição dos fins e funções da universidade em relação a sociedade, e por outro lado da troca de atitudes e da plena consciência que devem ter os integrantes da universidade.

Objetivando modificar os vestibulares tradicionais em que o candidato se inscrevia em cada faculdade existente, concorrendo com outros que tinham procedido da mesma maneira, foram os vestibulares sendo unificados inicialmente por carreira, como a engenharia, e depois pensava-se instituir um vestibular unificado em que o aluno entraria para a universidade totalmente indiferenciado.

Entretanto a Universidade de Brasília que já havia instituído o sistema por ser uma universidade nova, que podia se organizar de maneira moderna, demonstrou que seria difícil a adoção deste sistema, pois como não foi ainda pensado uma forma de se fazer chegar a universidade até a comunidade, procurando informar os jovens que se dispoem a seguir uma carreira universitária, as perspectivas de cada uma delas e principalmente o mercado de trabalho em relação a profissão, houve uma corrida tão logo foi concluído o ciclo básico para as carreiras que gozam de maior prestígio social criando o problema do "excedente interno".

A solução para o problema foi a instituição da pré-opção por carreira nos vestibulares, o que constitui a permanência da forma antiga de vestibular, que apenas sofreu modificação quanto ao responsável por sua execução; antes nas faculdades individualmente, hoje realizado pelo Conselho Nacional para o Vestibular Unificado.

Isto contribuirá para que a Reforma Universitária tenha dificuldade em ser implantada. O regime de créditos que discutiremos a seguir, tem por objetivo permitir que o aluno faça

sua composição curricular, e a medida que for acumulando os créditos possa fazer opção por determinada carreira ao terminar o ciclo básico. Com a opção prévia permaneceremos como antes e o aluno só tem possibilidade de seguir a carreira para qual fez seu vestibular, ainda que nos seus estudos no ciclo básico tenha evidenciado maior inclinação para outra.

Achamos que a falta de relacionamento da universidade com os alunos do 2º grau continuará a ser responsável por este estado de coisas.

As profissões atravessaram períodos de popularidade incontrolada, como por exemplo o bacharel em direito, que era um título sempre lançado em tom de voz orgulhoso e antes de ser uma profissão era um título; pomposo título. Atualmente o mesmo está acontecendo com a medicina que passou a gozar de grande prestígio entre os candidatos ao vestibular, em detrimento de outras profissões como a enfermagem que não é procurada pelos candidatos, e os que o fazem pertencem ao sexo feminino em 90 % dos casos.

Uma pesquisa recentemente realizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais na Guanabara e em São Paulo, evidenciou que os candidatos das classes alta e média alta preferiam a arquitetura, medicina, economia, direito e engenharia, enquanto que a odontologia e a enfermagem eram as que reuniam maior número de candidatos pertencentes a classe baixa, apesar de ser a odontologia um curso que exige elevadas despesas materiais por parte dos alunos.

Estas são algumas das deformações que devem ser corrigidas pelos educadores, permitindo que o aluno ao romper a barreira do vestibular, se sinta perfeitamente integrado na profissão de sua escolha.

O Conselho Federal de Educação determinou que os currículos deveriam ser constituídos de matérias básicas e profissionais. Os cursos de graduação passaram a possuir dois ciclos : o básico e o profissional. No ciclo básico foram incluídas matérias consideradas indispensáveis ao embasamento científico da aplicação

profissional e consideradas fundamentais a determinada área de conhecimento, enquanto no ciclo profissional os alunos preparados no ciclo básico recebem treinamento especializado que os habilitem ao exercício de uma profissão.

A falta de fins concretos e a existência de noções confusas tem sido causa preponderante da ineficiência nos planos educacionais de todos os tipos e níveis.

O processo de fixar com precisão os fins (metas e objetivos) do processo educacional facilita as taxonomias dos objetivos educacionais. As taxonomias dos objetivos educacionais são classificações que sistematizam os objetivos do processo ensino-aprendizagem em bases educacionais que permitam agrupá-los segundo as propriedades que lhes são comuns e separá-los mediante características essenciais que os fazem diferentes. Como toda sistematização a taxonomia dos objetivos educacionais estabelece categorias ou classes que se tornam necessário separar para seu melhor conhecimento e emprego. Em geral se aceitam três grandes categorias ou áreas de objetivos educacionais: 1) cognitivos 2) afetivos e 3) psico-motores.

A área cognitiva inclui os objetivos educacionais que fazem uso de processos intelectuais que vão desde a simples memorização até a aplicação de critérios e elaboração de idéias que requerem uma atividade intelectual complexa.

A área afetiva compreende aqueles objetivos educacionais relacionados com processos ligados as emoções que envolvem uma valorização por parte do indivíduo. Estes processos afetivos vão de um nível mínimo ou seja a percepção de fatos ou fenômenos da realidade, até a integração de sistemas complexos de valores que orientam o comportamento do indivíduo; tem íntima relação com as opiniões e atitudes que condicionam a atuação social do indivíduo.

A área psicomotora inclui aqueles processos sensoriais e motores que se traduzem em condutas instrumentais para a execução de habilidades que requerem a atuação sobre a rea-

lidade que confrontam os indivíduos.

Por currículo se entende o conjunto de atividades formais de aprendizagem que se coloca a disposição dos alunos. O plano de estudos por outra parte é a disposição ordenada de tais atividades e experiências de acordo com certos princípios ou critérios.

O esboço curricular e a elaboração do plano de estudos constituem o processo mediante o qual se decidem em primeiro lugar as atividades de aprendizagem que se poriam a disposição dos alunos e em segundo lugar a sua ordenação. Por outra parte cada atividade no currículo requer a definição explícita de sua metodologia.

Assim se entende que haverá um currículo e um plano de estudos cada vez que se oferece ao aluno um conjunto de atividades de aprendizagem devidamente ordenadas.

Se considerarmos que nem todos alunos participam e aproveitam por igual de todas atividades que escola oferece e que a mesma escola dá a seus alunos a oportunidade de selecionar entre diversas atividades as que mais lhe interessam, deveremos diferenciar o currículo proposto do currículo efetivo ou cumprido, que é o total de atividades cumpridas por cada aluno ao fim de um determinado período ou em relação a um curso dado.

Clássicamente se concebe o processo de desenvolvimento curricular como uma pirâmide escalonada em cuja base se encontram a comunidade e os alunos e no ápice se encontra o conjunto de atividades ou experiências de aprendizagem que constituem o currículo.

A moderna filosofia da educação determina os parâmetros dos objetivos de um currículo respondendo às perguntas:

- a) qual a qualificação que se deseja do profissional ?
- b) qual a viabilidade do aproveitamento desse profissional na comunidade a que se destina ?

Podemos dizer ao terminar esta análise sobre a conceituação geral de currículo, que o melhor currículo será aquele que atinja seus objetivos, em menor tempo, a um baixo custo, pelo maior número possível de alunos.

Com a Reforma Universitária ficou estabelecido que os currículos deveriam apresentar disciplinas obrigatórias e eletivas em ambos os ciclos, sendo que nas obrigatórias deveriam constar as disciplinas do currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação.

Ao compararmos currículos de universidades diferentes poderemos notar as diferenças existentes, como a Pontifícia Universidade Católica, que inclui no seu currículo como disciplina obrigatória a Teologia que aparece em todos os períodos dos cursos de graduação, como por exemplo o de Engenharia Civil, em que para um total de 220 créditos, 16 são de disciplinas do Departamento de Teologia.

Por outro lado enquanto o Regimento Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1970 tornava obrigatória a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, esta disciplina não constava do Catálogo Geral da Pontifícia Universidade Católica de 1970 nem como disciplina eletiva.

O mesmo ocorre com a Universidade de Brasília que não apresentava em seu Catálogo Geral de 1970 nem a disciplina de Teologia nem a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros.

Estas são diferenças que se destacam logo num exame superficial dos currículos de universidades diferentes. Entretanto existem numerosas outras diferenças relativas a disciplinas encontradas em universidades federais e particulares de estados diferentes ou do mesmo estado, de tal maneira que um dos maiores problemas que pode aparecer para a administração escolar de uma faculdade é o pedido de transferência de um aluno de outra faculdade.

Isto se deve a ausência de um órgão que coordenasse os currículos nas faculdades federais e nas diferentes facul-

dades particulares no sentido de uma estrutura geral por carreira profissional, seguindo princípios pedagógicos e as leis e regulamentos universitários.

A presença de um elemento com conhecimento de pedagogia no momento da elaboração ou reformulação de um currículo, facilitaria a implantação da Reforma Universitária, pois havendo um trabalho harmonioso entre pedagogo e professores dos cursos profissionais, teríamos uma associação em que um completasse com seu conhecimento e sua técnica aquilo que faltasse ao outro.

O desconhecimento de princípios pedagógicos que são de aceitação geral e que resultam em grande utilidade na elaboração de um currículo é um fato que se repete com frequência nas nossas universidades. Na educação existem vários critérios segundo os quais se pode ordenar o conhecimento evitando que a divisão do currículo em dois ciclos, crie uma linha de separação entre êles.

A existência de dois ciclos superpostos (básico e profissional) pouco ou nada faz para que o aluno adquira habilidade para relacionar ambos os níveis e conseqüentemente os professores das matérias básicas se queixam do empirismo dos professores do ciclo profissional e êstes por sua vez do conhecimento pouco prático que recebem os estudantes durante seus estudos no ciclo básico.

Para resolver o problema tem surgido dois tipos de solução : a dos reformistas e a dos revolucionários. Por muito tempo os reformistas vem tentando harmonizar o ciclo básico com o profissional mediante a integração vertical e horizontal, que na maioria das vezes se limita a transferir conhecimentos de um ciclo para outrosem desenvolver habilidade alguma para relacionar níveis de abstração e de generalização.

Convem ressaltar que os termos correlação e integração ainda que usados frequentemente como sinônimos tem significado diferentes. Podemos empregar vários níveis para relacionar disciplinas a saber : relação simples, cooperação, correlação e integração.

A relação simples é o processo docente de caráter informal em que o professor faz alusão aos aspectos pertinentes a outra ou outras disciplinas.

A cooperação é a relação informal que se estabelece entre dois ou mais professores, para desenvolvimento de um ou mais temas.

A correlação é a relação formal recíproca e sistematizada entre um ou mais temas de ensino de duas ou mais disciplinas.

Para se diminuir o problema do relacionamento entre o ciclo básico e o profissional, teria de ser criada um ciclo intermediário que atenuasse a separação nítida que existe entre eles, fazendo com que se constituam em fases estanques de um curso. Este ciclo que é denominado de ciclo pré-profissional por uns e de ciclo básico pré-profissional por outros, estimularia a verticalização do ensino. Além disso outras medidas como : estabelecer intercâmbio entre professores do ciclo básico e profissional, preparar melhor o professor do ciclo profissional em ciências básicas e organizar planos de ensino de tal forma que os professores do ciclo básico estivessem um pequeno período de tempo em um departamento do ciclo profissional e vice-versa seriam de grande utilidade.

Os revolucionários por sua vez propõem eliminar o esquema clássico que separa o ciclo básico do profissional introduzindo simultaneamente o aprendizado do abstrato e geral e sua aplicação ao concreto e particular. O uso de paradigmas ou modelos de ensino e ~~XXXXXX~~ a aplicação dos princípios da complexidade crescente e do reforço mediante a repetição contribuem para esta proposição. É através da integração que se con-

segue o mais elevado nível de relação formal entre duas ou mais disciplinas, por meio das unidades de ensino chamadas unidades de integração.

A Universidade de Brasília é um exemplo desta forma de processamento de ensino universitário em seu curso de medicina que é estruturado através de modelos experimentais, onde há integração entre as disciplinas básicas e as clínicas visando aumentar a motivação dos alunos.

Em 1965 foi iniciado em Diamantina o que se denominou de Plano Piloto de Ensino Integrado na Área Odontologia, plano este que durou até 1969. O currículo foi estabelecido de tal forma que os objetivos curriculares se entrosavam dando origem a uma unidade orgânica. O ano escolar foi dividido em fases de 14 semanas de 5 dias úteis, totalizando 70 dias. O mínimo de três fases - 210 dias úteis representavam cada ano letivo.

Este plano piloto apresentou características que tornam difícil sua aplicação. Havia necessidade de homogeneidade entre os professores para formar o espírito de equipe, para isto foram recrutados professores de diferentes estados recebendo boa remuneração. Os alunos eram em número reduzido ( 10 alunos) e recebiam bolsas de estudo.

É necessário que se estabeleça um plano de ação para evitar que a universidade seja criticada por não se adaptar a realidade brasileira.

O Ministro Jarbas Passarinho na XIII Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras declarou : " Os ciclos básicos não estão cumprindo seu objetivo de despertar interesse para as diversas áreas de ensino. Somente a partir de um planejamento ordenado dos ciclos básicos, com distribuição cuidadosa dos recursos será possível a expansão racional do Ensino Superior no Brasil ". Sugeriu que os reitores reali-

zassem um seminário para estudar a matéria enviando sugestões ao Ministério da Educação e Cultura. Este ano entretanto, em reunião conjunta dos Conselhos Federal de Educação e de Reitores criticou novamente as funções atuais atribuídas ao ciclo básico.

Nestas considerações sobre Reforma Universitária não poderíamos deixar de fazer alguns comentários a respeito do conceito de crédito. O crédito constitui a medida básica do trabalho escolar do aluno e corresponde a 15 horas de aula teórica ou trabalho escolar equivalente por período letivo.

Analisando o sistema de crédito de três universidades (Brasília, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro) poderemos ter idéia de sua complexidade.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro 30 horas de aulas práticas (laboratório e seminário ou similar) por período letivo valem um crédito, enquanto 45 a 90 horas de atividades clínicas (trabalho junto ao cliente) valem um crédito cabendo ao Departamento fixar a quantificação adequada.

Na Pontifícia Universidade Católica não são fixadas as 30 horas de práticas valendo um crédito. Seu catálogo informa que o número de créditos poderá variar de acordo com a intensidade ou dificuldade do trabalho a ser executado. Assim 30 horas de laboratório numa disciplina poderá valer um crédito, enquanto 225 horas de laboratório em outra também valerá um crédito, sendo isto determinado pela disciplina. As disciplinas vem acompanhadas de três números como por exemplo : Física I 4-2-2, significando que tem uma carga semanal de 4 aulas teóricas, 2 de exercícios e 2 de laboratório, e o número de créditos considerado é 6.

Na Universidade de Brasília cada disciplina figura com uma tríade de números cuja soma é o crédito a ela atribuído.

Por exemplo Física I 4-2-2 significa que tem uma carga semanal de 4 aulas teóricas, 2 de exercício e 2 horas por semana é o tempo de preparação estimado para que o aluno assimile a matéria exposta nas preleções e no laboratório. O número de créditos desta disciplina será 8.

Com exemplos expostos podemos concluir que a unidade de crédito só é fixa para as 15 horas de aulas teóricas por período, para as outras atividades o conceito de crédito varia de tal forma, que não podemos compará-lo e um mesmo curso poderá ter créditos diferentes em diferentes universidades, apesar de possuir a mesma carga horária.

No sistema de crédito as disciplinas são hierarquizadas, exigindo-se que o aluno tenha sido aprovado em outra ou outras a elas vinculadas. Ficou instituído o pré-requisito, e o aluno tem liberdade de escolher as disciplinas que deseja cursar em cada semestre, cumprindo-lhe selecioná-las na lista de ofertas organizada pelos Departamentos. A matrícula passou a ser semestral e por disciplina. No ato da matrícula o aluno organiza, com a orientação de um professor seu programa de trabalho para o semestre.

O Catálogo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro informa que só será permitida normalmente a matrícula no máximo em 6 disciplinas, podendo ser autorizada pelo Departamento a matrícula em um sétima disciplina, caso o aluno tenha comprovado um aproveitamento acima da média no período letivo anterior.

O Catálogo da Universidade de Brasília diz que sem restringir a liberdade que lhe é conferida na composição de seu programa, a Universidade de Brasília não estimula a matrícula do aluno em mais de 48 créditos por período.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro a Resolução nº 5/70 determina no seu Artigo 5º que o aluno poderá

inscrever-se por período no mínimo em 4 disciplinas e no máximo em 7, e que em casos excepcionais, a juízo do Departamento o aluno poderá inscrever-se em menos de 4 ou no máximo em 8 disciplinas durante um período letivo.

Na Resolução nº 15/71 a Universidade Federal do Rio de Janeiro modifica em seu Artigo 7º o critério e em lugar do número de disciplinas como havia sido previsto, faz os limites com base no número de créditos determinando que o número de créditos total das disciplinas que o aluno deseja se inscrever num período não poderá ultrapassar 32 créditos nem ser inferior a 6 créditos.

Observamos que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro considera o número de disciplinas, a Universidade de Brasília o número de créditos e a Universidade Federal do Rio de Janeiro considerou inicialmente o número de disciplinas para posteriormente considerar o número de créditos.

Com a utilização do sistema de pré-requisitos foi extinto o regime de dependência na Reforma Universitária. Entretanto na Universidade Federal do Rio de Janeiro além do pré-requisito foi criado o co-requisito (requisito paralelo) que originou uma situação complexa no sistema a ser implantado. Quando a disciplina A é co-requisito da disciplina B, o aluno para se inscrever na disciplina B tem que se inscrever obrigatoriamente na A. Se o aluno for aprovado na A e reprovado na B não haverá problema, entretanto se for reprovado na A e aprovado na B, só poderá utilizar os créditos obtidos nesta disciplina após ter sido aprovado no período seguinte na disciplina A. Desta maneira ficará na dependência da aprovação em uma disciplina para utilizar os créditos obtidos em outra.

Na ausência de uma tradição de estudos pós-graduados que aprofundassem as suas raízes no nosso passado universitário, procurou-se na experiência de outros países elementos que adaptados servissem de diretrizes iniciais para uma regulamentação. Foram criados os seguintes cursos superiores :

- a) de graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;
- b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão ou quaisquer outros a juízo dos respectivos institutos de ensino, abertos a candidatos com preparo e requisito que vierem a ser exigidos.

Ao interpretar a Lei de Diretrizes e Bases o Conselho Federal de Educação estabeleceu determinados requisitos para os cursos de pós-graduação limitando esta designação aos que conduzam aos títulos de Mestre ou de Doutor. Não havendo preenchimento pleno desses requisitos, mesmos os cursos aos quais somente se admitem os portadores de diploma de graduação, caem na categoria dos cursos previstos no item c.

O título de Mestre será conferido em fase final de estudos sistematicamente feitos e necessários a determinados objetivos culturais e profissionais, ou representar apenas fase intermediária em programa visando a obtenção de grau de Doutor. O Conselho Federal de Educação recomendou a duração mínima de um ano para o mestrado e de ~~dois~~ dois anos para o doutoramento. Em ambos os casos a pós-graduação envolve de um lado a participação em aulas, seminários e trabalhos de campo, seguida de verificação de aprendizagem, mediante exames e de outra parte a realização de pesquisas com vistas à elaboração de tese e dissertação.

A existência de pós-graduação em instituição onde não haja tradição de pesquisa ~~será~~ não será admitida; ~~nam~~ será concedido título de Doutor como se fazia no passado, mediante a simples aprovação de uma tese defendida publicamente, pois a obtenção do título atualmente exigem o cumprimento de um programa regular de trabalhos escolares de alto nível com duração mínima de dois anos.

As escolas profissionais isoladas não oferecem condições para a ministração de cursos ~~após~~ de pós-graduação. Para os cursos de pós-graduação da área básica só poderão ser credenciados os que mantiverem pelo menos 40 % de seu corpo docente no regime de tempo integral, enquanto nas áreas técnicas-profissionais poderá ser admitido o número de 20 % de professores em tempo integral ou 50 % no regime de um turno completo de trabalho.

Apesar da lei não impedir que as Universidades criem e mantenham cursos de Mestrado e Doutorado independente do processo de credenciamento somente tem validade nacional os títulos de Mestre e Doutor resultantes de curso credenciados pelo próprio Conselho Federal de Educação após cuidadosa análise das condições de funcionamento das instituições que os ministram.

Os cursos de pós-graduação credenciados pelo Conselho Federal de Educação até setembro de 1971 não atingiam a 20 cursos, predominando os relacionados com a Faculdade de Letras, sendo que existiam apenas três cursos relacionados com a Medicina e um deles em Gastroenterologia, que concede o grau de Mestre e Doutor é ministrado pela Pontifícia Universidade ~~FEDERAL DO RIO DE JANEIRO~~ Católica do Rio de Janeiro, que não tem Centro Biomédico, possuindo apenas uma Escola de Enfermagem isolada.

Nos Estados Unidos desde que Yale em 1861 tornou-se a primeira universidade americana a conferir o grau de PhD até 1970 as universidades americanas formaram 340.000 doutores,

sendo que a metade foi diplomada entre 1960 e 1970. Segundo projeções feitas, entre 1971 e 1980 outros 340.000 ou mais estarão recebendo seu título de Doutor em universidades americanas.

O suprimento em 1980 é projetado como sendo significativamente baixo para químicos, advogados, dentistas, médicos físicos; razoavelmente bom para engenheiros, geologistas, arquitetos e farmacêuticos; e significativamente acima das necessidades para matemáticos, professores e biólogos.

No Brasil a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação do Centro Técnico Científico da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em dezembro de 1971 indicava que haviam 22 alunos matriculados em 1971 para obter o título de Doutor, enquanto a COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro tinha 2 doutores graduados até abril de 1972, números que não nos permitem fazer qualquer comparação com os existentes nos Estados Unidos.

### CONCLUSÕES

- 1- A organização da universidade deverá se acomodar as modificações que surjam das trocas no ensino e o êxito alcançado destas trocas dependerá da adequação das estruturas.
- 2- A universidade deve procurar estabelecer contato com os futuros vestibulandos a fim de lhes fornecer informações sobre as carreiras universitárias existentes e as perspectivas do mercado de trabalho.
- 3- Enquanto perdurar a mentalidade existente entre os candidatos ao vestibular com relação ao prestígio social de determinadas carreiras universitárias, o vestibular único é ineqüível.

- 4- A instituição do Departamento somente contribuirá para a Reforma Universitária se houver perfeita identidade de pensamento de seus componentes em relação ao papel que tem na nova estrutura universitária.
- 5- O Departamento deve equacionar o ensino e a pesquisa de tal forma que um não predomine sobre o outro.
- 6- O Chefe do Departamento deve ter boas noções sobre pedagogia, administração e metodologia da pesquisa.
- 7- O currículo melhor elaborado alcança seus objetivos em pouco tempo, economicamente e por um número razoável de alunos.
- 8- Ao se estabelecer um currículo deve ser definido o tipo de profissional que se deseja formar, e este profissional deve ser adequado as necessidades brasileiras.
- 9- Os pré-requisitos tem que ser necessariamente bem estruturados para que o aluno possa caminhar dentro do novo sistema.
- 10- Há necessidade de ser criado um ciclo intermediário entre o básico e o profissional, que estabeleça a integração entre eles.
- 11- A unidade de crédito deve ser uniformizada, para evitar dúvidas quanto ao seu valor.
- 12- Devem funcionar com urgência os centros de Pós-Graduação credenciados pelo Conselho Federal de Educação, dando-se a máxima divulgação destes centros, evitando que um profissional frequente curso que forneça um título de valor apenas regional, sem ter validade nacional.

Curitiba, 21 de Junho 1972  
Renato Koller  
Lya Lipp

BIBLIOGRAFIA

- 1- BRIDGE, E.M.- Los estudiantes y las reformas universitarias - Seminarios Latinoamericanos sobre la enseñanza de la odontología. México, 123-134, 1965
- 2- CHAVES, M.M.- Las tendencias de la enseñanza de la Odontología en el hemisferio occidental- Seminarios Latinoamericanos sobre la enseñanza de la Odontología. México, 63-86, 1965.
- 3- POMÉS, C.E. y LÓPEZ, C.- Organización del professorado para la correlación de las ciencias básicas y las clínicas en una facultad de Odontología - Seminarios Latinoamericanos sobre la enseñanza de la odontología. México, 170-194, 1965.
- 4- GUIMARAES, P.- Uma experiência educacional- Plano Piloto de Ensino Integrado. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1970.
- 5- Catálogo Geral da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- 1970.
- 6- Catálogo Geral da Universidade de Brasília - 1970
- 7- ANDRADE, J.- El proceso de diseño del plano de estudios - Educación Médica y Salud. 5:(1), 20-39, enero-febrero-marzo, 1971.
- 8- GARCIA, J.C.- Paradigmas para la enseñanza de las ciencias sociales en las escuelas médicas - Educación Médica y Salud 5:(2), 130-150, abril-mayo-junio, 1971.
- 9- FERREIRA, J.R.- El departamento en los centros de ciencias de la salud - Educación Médica y Salud. 5:(2), abril-mayo-junio, 165-181, 1971
- 10- COLLET, A.B.- Objetivos do Ciclo Básico Pré-Profissional . Simpósio de Ensino das Ciências Biomédicas - Rio de Janeiro, 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 11- ALVES, L.A. - Fatos da Educação - Educação 1:(2), 29, julho/setembro, 1971
- 12- SANTOS, R.F.- O ensino da pós-graduação no Brasil - Educação 1:(2), 5-11, julho/setembro 1971
- 13- WOLFLE, D. and KIDD, C.V.- The Future Market for Ph.D.'s Science, 173, 784-793, agosto 1971.



